

Pela janela de Chaucer:
aspectos de uma cidade
multilíngue

Through Chaucer's window:
aspects of a multilingual city

Por la ventana de Chaucer:
aspectos de una ciudad
multilingüe

Viviane Azevedo de Jesus¹



Resumo: Ao refletir sobre a natureza histórica da cidade medieval, torna-se necessário analisar as configurações do ambiente citadino, sua composição territorial e social, assim como as relações estabelecidas em diferentes momentos. Neste artigo, caminhamos pela Londres medieval com Chaucer, que, sendo um de seus habitantes e vivendo por anos na torre de um de seus portões, pôde observar atentamente a cidade e a interação entre os que a integravam. Através da narrativa de Chaucer, especialmente em *The Canterbury Tales*, é possível ouvir os ecos de uma cidade em que diversas línguas convivem, seja no ambiente profissional, religioso ou familiar. Londres é uma cidade comercial por excelência, abrindo seus portões e seus portos para os mercadores estrangeiros. Além disso, a cidade, como centro de diversas redes ocidentais, recebia constantemente inúmeros visitantes dentro de suas muralhas. Há, portanto, uma diversidade de homens que circulam em Londres, carregando consigo seus costumes e sua língua. Assim, abordamos a convivência linguística na Londres medieval e analisamos como as escolhas linguísticas também falam. **Palavras-chave:** Cidade medieval; Identidade; Multilinguismo; Londres; Geoffrey Chaucer.

Abstract: To reflect upon the historical nature of the medieval city, it is necessary to analyze the organization of the urban environment, its territorial and social composition, as well as the relationships established in different periods. In this article, we walk through medieval London with Chaucer, who, being one of its inhabitants and living for years in the tower of one of its gates, could closely observe the city and the interaction between those who integrated it. Through Chaucer's narrative, especially in *The Canterbury Tales*, it is possible to hear the echoes of a city in which several languages coexist, whether in the professional, religious or family environment. London is a



commercial city *par excellence*, opening its gates and its ports to foreign merchants. In addition, the city, as the center of several western networks, constantly received several visitors within its walls. There are, therefore, a diversity of individuals in London, representing their own habits and language. Thus, we approach linguistic coexistence in medieval London and analyze how linguistic choices also pose different meanings. **Keywords:** Medieval city; Identity; Multilingualism; London; Geoffrey Chaucer.



Por alguns anos de sua vida, Chaucer foi agraciado com a possibilidade de viver nas dependências construídas sobre um dos principais portões de Londres, Aldgate, devido aos seus serviços à Coroa. De seu lugar privilegiado, Chaucer pôde observar a cidade e seus habitantes em movimento, assim como ouvir todos os seus ruídos. Entre estes ruídos, estavam as vozes daqueles que trabalhavam no controle de entrada e daqueles que chegavam à cidade, os barulhos das carroças que traziam mercadorias para a cidade, os sons dos animais que passavam pelo portão, os gritos dos mercadores que anunciavam seus produtos e buscavam atrair boas trocas comerciais, a ebulição das procissões paroquiais e dos ritos cívicos, o tumulto das rivalidades internas e o alarido dos ataques à cidade.

Grant by Adam de Bury, the Mayor, the Aldermen, and Commonalty to Geoffrey Chaucer, of the mansion over Algate, together with the houses built thereon and a cellar beneath the said gate, to hold the same for life. The grantors covenant not to use the gate as a prison during his lifetime, but reserve to themselves the right of entry into and disposal of the premises for safeguarding the City if necessary. Dated in the Chamber of the Guildhall, 10 May, 48 Edward III. [A.D. 1374]²

Chaucer recebe das autoridades londrinas o direto vitalício de viver sobre Aldgate, embora não tenha lá permanecido até seus últimos dias.³ A estrutura sobre este portão era usada não só como residência, mas também possuía um papel importante como ponto de observação e proteção da cidade. Assim, permitia um olhar privilegiado sobre a vida cotidiana e sobre os eventos que impactavam os rumos da cidade, o que influenciaria diretamente a produção narrativa de Chaucer.

As muralhas e seus portões apontam para uma necessidade dos cidadãos, o reforço de suas defesas contra os ataques e roubos noturnos. Os muros eram reformados e reconstruídos, e principalmente os portões eram reforçados, muitos deles sendo tão seguros que se tornaram prisões como Cripplegate, Newgate e Ludgate, de forma semelhante à Torre de Londres. Havia ainda outras proteções como as torres da Ponte de Londres e uma ponte levantada próxima a Southwark. Se mesmo em tempos de paz a defesa mantinha-se como preocupação geral, tal aspecto destacava-se neste período de guerra. Mantinha-se homens vigiando os portões dia e noite, e durante a noite o número de



homens patrulhando a cidade aumentava consideravelmente, além dos barcos observando os rios (MYERS, 2009, p. 54-58). Vê-se assim as precauções tomadas devido ao medo dos ataques externos e da violência interna durante a noite, uma vez que a escuridão criava um cenário propício às emboscadas. No século XIV, a defesa já havia se tornado uma tarefa pública, não dependendo de proteções pessoais. Contudo, esperava-se que os cidadãos contribuíssem e participassem das ações de vigilância e defesa, pois os membros da cidade deviam agir em prol do bem comum.

De modo similar, os cidadãos deviam atuar na solução dos outros problemas que afetavam Londres. Um dos principais transtornos era o saneamento, que também acarretava o mal cheiro. Embora leis a respeito fossem criadas, o problema era de difícil solução, pois a remoção do lixo era penosa, o que levava muitos a apenas escondê-lo em outras ruas ou deslocá-lo para áreas mais afastadas. O mal cheiro obrigava os londrinos a manter ervas penduradas em suas casas ou dispor de tecidos perfumados sobre o nariz ao passar por algumas ruas da cidade (MYERS, 2009, p. 48). Os bons homens da cidade precisavam observar a limpeza das ruas, cuidar das áreas em que habitavam e denunciar as irregularidades.

Em benefício do bem comum, tinham também que colaborar com o abastecimento de água limpa. Em 1383, o Common Council deliberou uma lei ordenando que se observasse toda a extensão do rio em busca de instalações que produzissem lixo capaz de bloquear o fluxo de água a fim de multar seus proprietários; por outro lado, permitia-se a permanência de latrinas mantidas pelas casas ao longo do rio, desde que o lixo não interrompesse a corrente, sob o pagamento de uma taxa anual para a limpeza do rio (MYERS, 2009, p. 50). Uma cidade em crescimento implicava em um aumento da provisão de água, logo, as nascentes e os poços tornaram-se insuficientes, estimulando a construção de canais para o fornecimento de água. Assim, os bons cidadãos podiam fornecer a água de suas propriedades ou contribuir com recursos para a construção dos canais.

Todos estes aspectos demandavam atenção a fim de manter a boa estrutura da cidade. Afinal, Londres era a principal cidade do reino inglês. Sua posição geográfica era muito favorável. Além de ser cortada por um importante rio navegável, o Thames, a cidade estava localizada no melhor ponto de aporte do mesmo e no centro do sistema de estradas. “It was a seaport and also a river port serving a rich hinterland” (BARRON, 2004, p. 46). Desde o século XIII, já se encontrava no centro da rede de distribuição do reino, em grande parte



devido ao rio Thames. “But the road system was also well developed and goods that needed to travel between Southampton and London did so by road and not by water” (BARRON, 2004, p. 46). Desse modo, não apenas atraía muitos mercadores estrangeiros como possibilitava que seus mercadores atuassem em um comércio de longa distância, no interior do reino e além do canal.

Sua posição estratégica favoreceu seu destaque político perante a Coroa. Portanto, para manter esse status da cidade, foram empreendidos esforços na manutenção da infraestrutura econômica que atraía compradores e vendedores, como mostra a vasta documentação nos fólios dos *Letter Books*, e assim mantinha seu cabedal, que interessava à Coroa. Ambas sustentavam uma relação de mão dupla: Londres disponibilizava seus recursos para a Coroa com certa frequência e a Coroa garantia sua autonomia política e comercial.

Ao andar pelas ruas da Londres medieval, Chaucer certamente podia encontrar uma profusão de mercados nas ruas. Na rua principal da cidade havia dois mercados de carne, além do Stock Market, no qual o governo da cidade pretendia controlar o comércio de peixes e parte do comércio de carnes. Seguiam-se a estes ainda mercados de outros produtos, além da venda de produtos como leite, mel e pão ao longo das ruas. O aspecto de mercado de rua era ainda completado pelos animais que enchiam as ruas à procura de restos de alimentos, cujo barulho somava-se aos gritos dos vendedores das bancas do mercado e das ruas (MYERS, 2009, p. 17-18).

A comercialização em Londres tinha seu preço: a procura de clientes, as longas viagens e as taxas para entrar na cidade e usar espaços nos mercados. Além disso, a cidade regulava o preço das mercadorias, sua qualidade e quando podiam ser vendidas. Por outro lado, a cidade oferecia facilidades de crédito, tribunais para julgar disputas comerciais e cobranças. Toda essa regulação, assim como o agrupamento de mercadores, oferecia, na verdade, maior segurança a estes, que, apesar dos custos, eram atraídos para os mercados de Londres.

“The successful commercial environment of medieval London was not the result of chance: it was created, sustained, and enhanced by the co-operative efforts of the Crown, civic regulation, and private charity” (BARRON, 2004, p. 48). Um desses esforços para garantir condições comerciais favoráveis estava na manutenção e nas melhorias dos portos da cidade, que recebiam embarcações de outros pontos do reino e do continente. Os dois principais portos eram Queenhite, acima da London Bridge, e Billingsgate, abaixo da ponte. Com o desenvolvimento de navios de grande porte que não podiam passar pela ponte, Billingsgate acabou se destacando como principal porto para a descarga de



mercadorias.

A cidade esforçava-se para manter os portos em boas condições de uso comercial, mas, além de facilitar o acesso à cidade, era fundamental garantir locais adequados para o armazenamento e a comercialização dos produtos trazidos pelos mercadores. Mantendo excelentes condições para o estoque e comércio de tecidos, Londres garantiu seu posto de mercado nacional do produto. Além disso, manter o produto em um local específico facilitava o controle de qualidade do mesmo. O mesmo era válido para os outros produtos comercializados na cidade, que eram muito variados.

A cidade controlava a comercialização da lã e dos tecidos, mas também os preços dos grãos, do pão, do sal, do peixe e do vinho; posteriormente, passou a regular também os valores da cerveja, da carne e das aves. A partir da segunda metade do XIV, começou a controlar ainda o preço das comidas preparadas. Com o desenvolvimento das corporações, todavia, muito do controle exercido foi delegado aos seus mestres de ofício.

O crescimento do mercado têxtil estimulou também o desenvolvimento de outros setores, como o mercado da alimentação e hospedagem, devido ao fluxo contínuo de mercadores, dos mais diversos produtos e localidades do reino e fora dele, que chegavam à cidade para negociar. A importância de Londres devia-se, sobretudo, à variedade de negócios posta em prática. Mesmo quando a matéria-prima não era de tão fácil acesso, procurava-se desenvolver a produção de artigos com procura nos mercados além-mar, como o peltre⁴, as estátuas e telas de alabastro e os bordados ingleses. A variedade do comércio existente pressupunha, então, a existência de diversas oficinas na cidade, a fim de abrigar todas as modalidades artesanais necessárias. Muitas oportunidades colocavam-se para os londrinos, embora não estivessem disponíveis para todos que habitavam a cidade.

Londres “contained means by which a man of relatively modest background might well go far. After all, when Richard II wanted a loan in 1391, he turned not to the ancient nobility but to the city of London, or to the merchants who commanded that city” (STALEY, 2000, p. 365). Era viável escalar a hierarquia do corpo social que compunha a cidade, mas essa possibilidade estava cada vez mais associada a fatores econômicos. Deste modo, travavam-se diversas disputas pelas melhores oportunidades econômicas entre grupos da própria cidade que buscavam garantir posições privilegiadas, possibilitando o favorecimento de seus ofícios, mas também entre os cidadãos e os estrangeiros que abundavam dentro e fora de suas muralhas.



Embora o século XIV tivesse sido um período permeado por instabilidade também na Inglaterra, como o desequilíbrio gerado pela peste e pela guerra, Londres, mesmo sendo afetada, manteve-se em evidência no reino. A cidade testemunhou a emergência de todos esses problemas e foi um ponto chave de articulação em grande parte dos casos. Como indica Staley, esses fatores promoveriam oportunidades de mobilidade social no interior da sociedade urbana (STALEY, 2000, p. 365), uma vez que a identidade pessoal não dependia mais exclusivamente de fatores hereditários, pois a cidade oferecia várias oportunidades de galgar posições de maior prestígio na hierarquia social.

Em Londres, tais chances multiplicavam-se, principalmente devido aos diversos ofícios que conseguiram se destacar. Todos os ofícios encontravam no seio da cidade uma posição definida, contribuindo para o seu bom funcionamento. Assim como cada órgão e membro possuía uma função específica, cada ofício e cada grupo citadino integrava o corpo da cidade de acordo com seu papel. Logo, embora um certo grau de mobilidade fosse possível, era preciso que os cidadãos atuassem conforme sua missão no corpo urbano.

Ao retornar às portas de Aldgate, observamos que sua localização singular em um dos pontos das muralhas de Londres permitia apreciar tanto o que se desdobrava no seu interior quanto o que estava em seu horizonte. Neste horizonte, encontravam-se, por exemplo, os subúrbios da cidade, que eram parte integrante desta e fundamentais para o seu pleno funcionamento. Londres mantinha uma relação interdependente com Westminster, espaço da administração régia, e Southwark, ponto crucial de acesso à cidade.

Westminster destacava o vínculo inegável entre Londres e a Coroa. Londres dependia da Coroa para manter seus direitos à autonomia; em contrapartida, a Coroa contava com as generosas contribuições da cidade para financiar seus interesses. No fim do medievo, Londres estabelece uma relação mais próxima com a Coroa, uma vez que a sede desta, assim como a do Parlamento, fixa-se na cidade e no seu entorno. Além disso, seus cidadãos contribuem com generosas doações em momentos chave para a Coroa, como para os casamentos reais e para as guerras. A cidade assume uma posição central diante do reino, o que influencia também a construção de sua identidade.

Londres também ganhava destaque diante da Coroa devido a sua riqueza. Embora a cidade tivesse sofrido com a queda demográfica causada pelas perturbações do período, seus efeitos não se comparavam àqueles sofridos por outras cidades inglesas uma vez que continuou a atrair imigrantes de dentro e de fora do reino. Os londrinos, por sua vez, precisavam da Coroa para manter



também seus privilégios comerciais, garantindo o controle de seus mercados aos cidadãos. Embora a presença de estrangeiros fosse constante, Londres mantinha o monopólio sobre o controle de pesos e medidas.

Southwark, por sua vez, abrigava muitos daqueles que não podiam habitar o interior das muralhas. Encontravam-se em Southwark aquelas atividades necessárias, embora não agradáveis, como tinturarias e fornos para metais e para a cal, cujo odor era motivo de reclamações daqueles que lá habitavam. Além disso, recebia em suas hospedarias e tavernas os visitantes da cidade devido ao fato de ser ponto de acesso a Londres para aqueles que vinham do sul. Alguns viajantes importantes como o Bispo de Winchester e o Abade de Canterbury mantinham casas aí devido à proximidade com Londres (MYERS, 2009, p. 11).

Southwark, no entanto, não era conhecida apenas por suas casas e estalagens, mas também pela confluência de criminosos atraídos pela ausência de um controle mais rígido como havia em Londres. Para lá, então, afluíam diversos artesãos não aceitos pelas guildas, cujo comércio tornava-se então ilegal, e prostitutas, que podiam atuar mais livremente. Por estes motivos, as tavernas eram uma grande preocupação das autoridades. Localizadas nas imediações da cidade, permitiam acesso a Londres durante a noite através do rio, o que nos remete à preocupação dos londrinos com a defesa, como mencionado anteriormente. Southwark tinha uma jurisdição independente. No entanto, apesar do seu potencial econômico, dependia de Londres para mantê-lo.

Como um cidadão, Chaucer não deixaria de reconhecer a importância destas áreas adjacentes às muralhas. É, portanto, em Southwark que ele e seus peregrinos de diversas origens se reúnem para dar início à viagem a Canterbury e à narrativa de *The Canterbury Tales*.

London, for Chaucer and his contemporaries, was not a contained, culturally unified city. Instead, it was a more complicated and expansive location, encompassing court and suburbs as well as the City itself, a place of cultural conflict, jostling rivalry, and incompatible interests (TURNER, 2006, p. 25).

Ao pensar a Londres medieval, não se pode esquecer que esta é uma cidade plural, que se estende para além de suas muralhas, como podemos observar em *The Canterbury Tales*.

Considera-se esta como a última obra de Geoffrey Chaucer, escrita nas duas



décadas finais do século XIV. A narrativa é composta por um conjunto de vinte e quatro histórias em versos, narradas pelos participantes de uma peregrinação que parte de Londres em direção ao túmulo de São Tomás Becket em Canterbury, um dos principais centros de peregrinação do território insular. Como eixo condutor da narrativa, a comitiva, composta por vinte e nove peregrinos, aos quais Chaucer se une, recebe uma proposta por parte do Albergueiro para que se distraiam ao longo do caminho entre Londres e Canterbury narrando histórias.

A partir dos manuscritos, encontramos vinte e quatro contos, alguns com prólogos e epílogos, considerando ainda a entrada de mais um peregrino, o Criado do Cônego, ao longo do caminho. O objetivo inicial como apresentado na narrativa era que cada peregrino tivesse direito a dois contos na viagem de ida e mais dois em seu regresso, o que somaria cento e vinte histórias a serem narradas, porém vemos uma narrativa por terminar com quebras que ainda sustentam dúvidas quanto à ordenação original dos contos.

As *Tales* têm início no Tabard Inn, em Southwark, uma hospedaria onde Chaucer já se preparava para sair em peregrinação quando vê a chegada de uma grande comitiva com o mesmo objetivo de viagem e resolve juntar-se a eles. Ainda na hospedaria, depois de terem todos se alimentado, ouvem a proposta de distração do Albergueiro, que também parte para a viagem a fim de julgar as histórias contadas, uma vez que aquele que contar a melhor delas receberá como prêmio uma ceia repleta. Os peregrinos narram histórias diversas sobre personagens representativos da sociedade de que participam, em especial da cidade, enquanto são também personagens de outra história mais ampla, a narrativa de peregrinação.

“As on the road from London to Canterbury, the city is a space to walk in, away from, and towards – movements that stand for, are, and enable cultural exchange” (LAWTON, 2011, p. 245). Tal narrativa permite-nos entrever os desdobramentos do cotidiano cidadão, especialmente no que se refere às interações e aos conflitos entre os homens que habitam a cidade, já que estes encontram sua representação na mesma. Para Scanlon, a disputa narrativa colocada entre os peregrinos-narradores desvia o sentido sagrado da peregrinação para um objetivo profano, embora estes sejam interdependentes. Segundo o autor, seu objetivo é Southwark e o Tabard Inn, pois, enquanto a peregrinação é linear, o concurso de narração é circular (SCANLON, 2009, p. 174). No entanto, não concordamos com a noção linear da peregrinação. Embora haja um destino espiritual, o centro de peregrinação de escolha, a viagem de peregrinação implica em um destino final, o retorno ao lugar de origem, com



o qual há um laço de pertencimento estabelecido e onde é possível provar sua espiritualidade perante o grupo através das relíquias, certificados de peregrino, entre outros.

Neste percurso, Chaucer atua como fio condutor que nos permite caminhar pelas ruas de Londres e observar as relações que aí se desdobram. Envolvido desde muito jovem no ambiente de Corte, este influenciaria sua produção ao lhe permitir o contato com os modos e as histórias que nesta circulavam. Chaucer foi testemunha ocular dos eventos que se desenrolavam na cidade ou que exerciam impacto sobre esta, além de conhecer profundamente sua estrutura social. Sendo membro da cidade, esta era parte integrante de seu esquema mental e, certamente, influenciaria a produção do poeta.

Thus wole oure text. But nathelees, certeyn,
I kan right now no thrifty tale seyn
That Chaucer, thogh he kan but lewedly
On metres and on rymiyng craftily,
Hath seyde hem in swich Englissh as he kan
Of old tyme, as knoweth many a man;
And if he have noght seyde hem, leve brother,
In o book, he hath seyde hem in another.⁵

É desta forma que, através da voz do Magistrado, faz-se referência às habilidades narrativas de Chaucer dentro de sua própria obra. Devido à opção pelo inglês como veículo narrativo e ao grande escopo de histórias (re)contadas, o poeta foi considerado o pai da narrativa em língua inglesa. Em *The Canterbury Tales*, vemos na peregrinação uma cidade viva, como aquela da qual o autor fazia parte.

Embora esta não apareça diretamente enunciada com frequência na narrativa, Londres é, muito mais que uma presença virtual, uma presença viva, recuperando não apenas um espaço, mas a língua, as interações e os conflitos compartilhados pelos cidadãos a esta entrelaçados. Mesmo ao afastar-se espacialmente de Londres no caminho da peregrinação, Chaucer ainda ouve seus ruídos.

Há que se considerar muitas nuances linguísticas quando pensamos em tratar-se de um período em que a língua, entre os letrados, é uma questão de escolha e negociação entre línguas que se sobrepõem. Embora haja muitas evidências do trilinguismo na Inglaterra mesmo no fim da Idade Média, com



uma efusão de obras em francês e latim, prefere-se dar destaque ao uso do inglês, como a língua do reino. Contudo, vernáculos coexistem no território insular, em especial, o inglês, o francês, e o anglo-francês (o francês da Inglaterra, desprezado por ambos os lados do Canal, pois era francês, mas não seguia o padrão parisiense).

Conforme aponta Butterfield, “Chaucer is more than an English author; he is a cross-channel author, continental as well as insular, committed to a plural linguistic texture and an international imagination that speaks directly to our own” (BUTTERFIELD, 2009, p. 29). Logo, sua narrativa deve ser trazida à cena para auxiliar na compreensão do caráter multilíngue inglês, em especial londrino. Deve ser colocada em perspectiva, inserida em um contexto linguístico mais amplo, que também abrange o francês e outros registros, ao invés de ser vista como a concretização do caráter nacionalista da língua. Afinal, o monolinguismo está longe de ser o modelo inglês.

A fim de discutir tais aspectos linguísticos, como sugere Aude Mairey, recorreremos a alguns conceitos da sociolinguística que ajudam a compreender o campo. O *multilinguismo* caracteriza-se pela coexistência de diferentes línguas em um mesmo espaço, o que propicia os contatos linguísticos, em que os vernáculos podem exercer graus de influência uns sobre os outros.⁶ Essa convivência de línguas pode dar-se devido ao contato entre habitantes de diferentes origens que se encontram na mesma área, mas mantem-se de acordo com as diferentes funções políticas, sociais e econômicas que cada língua assume neste contexto.

Uma coexistência linguística ampla permite um movimento entre os vernáculos e seus registros, que ao acontecer em uma mesma enunciação ou em um mesmo texto é identificado como *code-switching*. Para Herbert Schendl, um dos autores de referência no âmbito dos textos em inglês medieval, *code-switching* seria definido como “the change from one language (or variety) to an other with in one act of communication” (SCHENDL, 2000, p. 77). Segundo o autor, haveria duas modalidades de *code-switching*, uma situacional ligada às transformações conjunturais e outra conversacional associada às variáveis sociais, sendo ambas aplicáveis ao medievo inglês.

As línguas encontradas mais amplamente intercaladas com o inglês médio nos textos em que o *code-switching* se fazia presente eram o francês e o latim. Essas opções linguísticas estavam diretamente ligadas ao público ao qual o texto se destinava e ao seu objetivo.



Revennons d'abord sur la chronologie: la période où le code-switching fut le plus fréquent est celle des XI^{Ve}-XV^{es} siècles; son usage important, notamment dans les textes anglais, indique qu'effectivement, au moment où l'anglais se développa, les deux autres langues n'étaient pas en situation de relégation (MAIREY, 2011, p. 67).

Como demonstra Mairey, o *code-switching* é uma característica fundamental dos textos religiosos, como os sermões, embora não de forma exclusiva, pois também pode ser encontrado frequentemente em escritos comerciais e transacionais. Nestes, o *code-switching* integra a estrutura das frases, apresentando-se como sinal da necessidade de comunicação com os estrangeiros. Estava presente ainda nos textos científicos, médicos, jurídicos e literários, funcionando como marca social, signo de poder, com o francês, ou de autoridade divina, com o latim (MAIREY, 2011, p. 52-55). Portanto, atuava tanto na dimensão pragmática de compreensão e organização textual quanto como tradição discursiva (MAIREY, 2011, p. 67).

Para além do multilinguismo, Hsy defende que a Londres medieval tenha testemunhado um verdadeiro *translinguismo*. Este faria referência a “the capacity for languages within such spaces to interact: to influence and transform each other through networks of exchange” (HSY, 2013, p. 7). Logo, a interação linguística permitiria compreender como as identidades sociais são expressas através do movimento entre línguas e entre diferentes espaços.

Neste contexto, o *code-switching* presente nos textos caracterizaria os autores *translúngues*. “Rather, translingual writing requires the simultaneous activation of languages at any one moment within any given literary text or any similarly stylized document” (HSY, 2013, p. 56). Tal translinguismo seria favorecido pelas *zonas de contato*, ou seja, os espaços compartilhados em que se davam as trocas linguísticas, como as cortes e os mercados e feiras de grande porte.

No caso de Chaucer, Hsy ressalta que sua função como oficial de impostos implicava em sua convivência com um ambiente linguístico misto. “The customs house was, in other words, its own kind of polyglot space, not least because the activities conducted there produced a voluminous amount of mixed-language documents” (HSY, 2013, p. 38). Sendo responsável pela cobrança dos impostos sobre as mercadorias que desembarcavam no porto de Londres, o autor-cidadino teve contato direto com mercadores de diversas origens e, embora o francês e



o latim fossem utilizados em geral como língua franca, essa experiência abriu oportunidades para o contato com diversos vernáculos e dialetos. Este tipo de espaço teria, assim, favorecido o translinguismo de Chaucer, estimulando a criatividade de suas representações literárias.

Como se dá tal coexistência linguística na Londres de fins do medievo? Mairey chama atenção para o fato de que é preciso superar o tradicional esquema linguístico traçado para o reino inglês no qual, após a Conquista Normanda, o inglês seria relegado ao segundo plano para somente retomar seu status nos séculos XIV e XV (MAIREY, 2011, p. 38-39). Como discutido na primeira parte deste capítulo, a situação linguística na Ilha é muito mais complexa. Embora o inglês, ainda *Old English*, perca um pouco de prestígio nos registros, não desaparece destes. Além disso, só é possível observar os vestígios escritos que chegaram até nós, fugindo de nosso escopo a tradição oral (sobre a qual o inglês poderia ter mantido em grande parte sua influência).

Segundo Mairey, no fim do medievo, o uso do inglês é ampliado para abranger novamente as funções sociais, políticas e intelectuais do reino. Afinal, esta é sua língua materna. Com o desenvolvimento da Guerra dos Cem Anos contra os franceses, é preciso dar ao inglês o espaço que lhe pertence no reino. Além disso, seu prestígio renovado estaria associado ao crescimento dinâmico de alguns grupos da sociedade, como as elites urbanas que favoreciam sua língua materna, e até mesmo das instituições eclesiásticas que adotam o vernáculo em suas instruções (MAIREY, 2011, p. 43).

Também o status das línguas que coexistem com o inglês deve ser relativizado. Embora o francês ganhe espaço após a Conquista, ele não alcança o mesmo status do Latim, sendo este a língua que ocupa o topo da hierarquia. O francês é encontrado principalmente na Corte, nos textos devocionais e literários por esta encomendados e na justiça. Por sua vez, quando o inglês volta a ganhar destaque nos registros escritos, o francês não desaparece, pois continua sendo utilizado pela justiça, pela administração, e pode ser amplamente encontrado nas bibliotecas da nobreza (MAIREY, 2011, p. 44). Este, no entanto, não é apenas o francês de Paris, ele ganha também a sua versão insular (com influências do inglês), além da presença do francês oriundo de outras partes do Continente.

A forte presença do francês pode ser claramente percebida na documentação do período através de diversas expressões francesas que se apresentam. Nos testamentos arrolados na Court of Hustings, por exemplo, é possível perceber, ao observar os registros das doações e herança de bens, que muitos nomes das propriedades são provenientes do francês, como a “la Belle” em Bercheverlane



na paróquia de São Edmundo, deixada pelo alfaiate John de Drayton para sua esposa Anne em 1358.⁷ Além disso, inúmeras são as referências ao possível estado de gravidez das esposas no momento em que se escreve os testamentos, para o que se lança mão das expressões francesas. Assim, encontramos um grande número de mulheres *enceintes*, além da frequente preocupação com os filhos *en ventre samère*, que também deveriam ser beneficiados pelas heranças dos pais. No entanto, o francês não é o único vernáculo estrangeiro encontrado registros sobre (e de) Londres.

Estando no centro de várias redes dentro do reino e entre reinos, Londres tem um aspecto bastante cosmopolita, reunindo no interior de suas muralhas e nos seus arredores diversas nações.⁸

[...] we find ourselves in a verbal world that is both fragmented and plural, where audiences are not merely 'English', but multilingual (in varying degrees), partly local, partly international, and from more than one social, cultural, and intellectual background (BUTTERFIELD, 2009, p. 101).

Assim, encontramos escoceses, galeses, mas também italianos, que estão muito envolvidos com o vinho, e membros da Hansa, que movimentam os mercados da cidade, entre outros.

Os flamengos eram um desses grupos fortemente presentes em território inglês, de modo que exerciam uma influência linguística evidente. Casado com a filha de um cavaleiro flamengo, Chaucer não deixaria tal presença passar despercebida. No prólogo de seu conto, o Cozinheiro, identificado na narrativa como um cidadão de Londres, lança mão de um ditado flamengo ao se direcionar ao Albergueiro: “But `sooth pley, quaad pley,’ as the Flemyng seith”.⁹ Para Butterfield, esse emprego da expressão flamenga em uma intervenção irônica de um londrino demonstraria como essa influência era aceita nas interações cotidianas (BUTTERFIELD, 2009, p. 218). Por outro lado, ao utilizar a expressão, o Cozinheiro ressalta sua origem, “as the Flemyng seith”, ou seja, enfatiza que esta provém de estrangeiros.

Segundo Wallace, o emprego deste ditado é paradoxal, pois, embora possa parecer indicar uma proximidade com os flamengos, remonta aos violentos ataques contra esses mercadores em 1381. Wallace destaca que o conhecimento desta linguagem não implicava em relações amigáveis com os flamengos, uma vez que também era relacionada ao contato com as prostitutas dos bordéis



de Southwark (WALLACE, 1992, p. 71). De todo modo, a opção linguística do peregrino aponta para a necessária convivência com grupos de outras origens.

Este aspecto destaca-se ao pensarmos em um período permeado pela guerra entre dois reinos que, ao mesmo tempo, se afastam e se aproximam. Como demonstra Butterfield, muitas das histórias que versam sobre ambos os lados do Canal tratam das disputas linguísticas que se desenrolam nesse espaço, principalmente no que diz respeito ao anglo-francês. Afinal, o francês tem um papel relevante no território insular. Ao compartilhar e diferenciar a mesma língua, as duas culturas se aproximam. Todavia, isto não implica na ausência de conflitos. Ao contrário, a linguagem é “open to confusion” (BUTTERFIELD, 2009, p. 82).

Entre os dois lados do Canal, há diferenças de pronúncia, escrita e significados, que são motivos de zombaria e mal-entendidos. “This is not just a matter of how the English speak, but of how people register the differences between languages” (BUTTERFIELD, 2009, p. 83). E as diferenças entre o francês falado no Continente e na Ilha são sempre evidenciadas. Não é por acaso que Chaucer preocupa-se em caracterizar o francês da Prioressa que participa da peregrinação.

Ther was also a Nonne, a Prioress,
That of hir smyling was ful simple and coy;
Hir gretteste ooth was but Seinte Loy;
And she was cleped madame Eglentyne.
Ful weel she soong the service dyvyne,
Entuned in hir nose ful seemly;
And Frenssh she spak ful faire and fetisly,
After the scole of Stratford atte Bowe,
For Frenssh of Parys was to hir unknowe.¹⁰

O poeta-narrador atenta para o fato de que a Prioressa, embora fale francês, não aprendeu a variedade de Paris. A Prioressa seria oriunda do Convento de São Leonardo em Stratford at Bowe, onde Elizabeth de Hainault, irmã da rainha Philippa, também servira como Freira. Acredita-se que por sua presença o francês aí falado tivesse forte influência flamenga (BENSON, 2008, p. 804). Neste caso, ele indica uma diferença dentro do próprio reino inglês, pois considerava-se que o francês usado pela corte era o francês parisiense. Logo, há ainda barreiras sociais que influenciam na compreensão do que é dito/escrito.



Se há diferenças até mesmo no território da Ilha, os franceses, por sua vez, também não reconheciam as variedades insulares da língua como francês parisiense. Afinal, “[...]: people can share a language, but still wish to dissociate themselves from the way other people speak it. [...] it is a more complicated process of asserting – even in the same language – one linguistic identity against another” (BUTTERFIELD, 2009, p. 97). Essa diferenciação pode ser observada, por exemplo, nas negociações de trégua e resgate entre os reinos, e era motivo de acirramento de conflitos.

“Stimulated by the circumstances of war, peoples from diverse regions found themselves in close proximity, sometimes fighting on the same side, sometimes on the opposite, but in both cases needing to communicate” (BUTTERFIELD, 2009, p. 162). Embora fossem opositores bélicos, ingleses e franceses precisavam comunicar-se tanto oralmente quanto por escrito. Ao avançar pelo território continental, os ingleses tinham de manter contato com os franceses que aí habitavam, seja para conquistar sua lealdade ou para tomar suas terras. Por outro lado, como conquistadores, também podiam recusar-se a utilizar a língua daqueles que haviam vencido. A linguagem também coloca o jogo de poder em cena. “Linguistic ignorance, in short, has the potential to be a powerful weapon of its own in English dealings with the continent” (BUTTERFIELD, 2009, p. 164). Este não era, entretanto, o modelo preferido pelos ingleses.

Ao longo da guerra, há um aumento significativo dos documentos produzidos por ambos os lados, entre tratados, registros e proclamações, e, a fim de negociações, a Inglaterra vê a necessidade de desenvolver seu registro escrito do francês. Ao explorar as negociações de Leulinghem em 1393, Butterfield destaca o aspecto linguístico que cria confrontos entre os dois lados. Sendo os documentos de conciliação produzidos em francês, língua compartilhada, os franceses aproveitavam-se das nuances da língua para inserir termos nebulosos para os ingleses, que passaram a ater-se cada vez mais à complexidade da língua. “Far from being trapped in a situation in which they were simply losing out through their linguistic ignorance to French subtlety, the English were reacting with hard-nosed caution to French tactics and exposing them for what they were” (BUTTERFIELD, 2009, p. 167).

Tal disputa linguística também esteve presente anteriormente nas negociações do Tratado de Brétigny, que haviam sido iniciadas em 1359 com o Tratado de Londres, escrito em anglo-francês. Entretanto, este foi exaustivamente modificado e revisado, sendo finalmente apresentado em francês parisiense, embora expressões do anglo-francês permanecessem.



“More broadly, this language of negotiation shows how tensions developed in and through a growing awareness that a difference was being forced between the two cultures” (BUTTERFIELD, 2009, p. 171). Ao invés de demonstrar a superioridade de um registro sobre o outro, esse caso aponta o delicado equilíbrio de forças entre os dois reinos, com diversos aspectos culturais, e linguísticos, compartilhados.

A guerra traz insegurança sobre a identidade. Todavia, ressaltamos como Mairey, que a identidade de que aqui tratamos não se aproxima de um sentido de nacionalismo (MAIREY, 2011, p. 42). Esta insegurança refere-se ao fato de dois lados oponentes serem próximos, ao mesmo tempo em que veem a necessidade de diferenciar-se. Segundo Butterfield, as noções de ‘inglês’ e ‘francês’ são muito fechadas para encapsular autores como Chaucer, que se movem por esse capital cultural anglo-francês/ franco-inglês. Do mesmo, estas noções são fechadas para tratar da diversidade dos povos que ocupam os territórios em questão. Por isso, não se pode isolar as línguas faladas em ambos os lados do Canal.

It is rather the reverse, to show how the centre of gravity in these years was precisely the space of exchange between the continent and the island, and hence that a notion of Chaucer as English is harder to find. (...) The large number of safe conducts, letters, sea voyages, road journeys, and massed military and political progress of battle, marriage or crusading council, radically shook up the process of contact throughout the continent (BUTTERFIELD, 2009, p. 175-176).

Chaucer, a serviço da Coroa, esteve neste fluxo constante de pessoas através do Canal. Como já mencionado anteriormente, provavelmente pelo reconhecimento de suas habilidades linguísticas, Chaucer atuou em missões diplomáticas da Coroa inglesa na Itália e na França. Sua escolha estaria ainda associada à sua proximidade com a Corte, mesmo em posições de pouca relevância, tendo servido diferentes príncipes, uma vez que “[...], for the most part the person sent on a diplomatic mission, including secret missions, would be na ordinary Knight or clerk from the king’s household, a *familiaris*” (BUTTERFIELD, 2009, p. 188). Esse tipo de comunicação exigia um certo grau de sofisticação, afinal, muitas mensagens levadas pelos enviados régios constavam de simples notas que deviam ser desenvolvidas oralmente, formal ou informalmente, de acordo com as condições de recepção que se apresentavam.



A linguagem tinha um papel fundamental na relação entre reinos e entre cidades, mas mostrava-se crucial também nos desdobramentos internos a cada um destes. “The new world of negotiation opened up by the hugely influential practices of war makes trade the primary international medium for cooperation as well as confrontation” (BUTTERFIELD, 2009, p. 233). Ressaltamos, então, tal aspecto nas diversas relações comerciais que afloram na cidade. Afinal, as ruas de Londres eram repletas de diferentes ruídos, entre os quais os gritos dos vendedores de rua e dos mercadores que anunciavam seus produtos.

O comércio movimentava a cidade medieval. Para além do mercado, seu espaço por excelência, estava presente nas oficinas e lojas pela cidade, nas bancas e ruas. Nestes espaços, multiplicavam-se os profissionais a este dedicados e surgia uma especialização cada vez maior. Neste sentido, Hsyafirma que “[...] medieval London [...] nonetheless emerges as a profoundly polyglot city: a space that absorbs and sustains people of diverse ethnic, social and professional backgrounds” (HSY, 2013, p. 4). Neste contexto, é o comércio que permite ao indivíduo movimentar-se por espaços sociolinguísticos variados.

O comércio é elemento central na circulação linguística, pois para conseguir negociar, e assim gerar e fazer circular dinheiro, é preciso fazer acomodações linguísticas que permitam a comunicação. “Trade is the medium in which cultural cooperation is negotiated. [...] In a fast-flowing trading environment, language changes as people engage in the process of trusting each other enough to exchange money” (BUTTERFIELD, 2009, p. 220). Este é um contexto favorável ao *code-switching* previamente discutido; ao negociar com mercadores de origens diversas, os mercadores de Londres precisavam se fazer entender, lançando mão da linguagem técnica de seu ofício, com empréstimos tanto do latim quanto do francês.

A linguagem utilizada pela cidade era muito complexa para ser identificada apenas como o inglês de Londres. Cannon defende que a narrativa de Chaucer nos dá acesso a uma linguagem de ofício, uma vez que o poeta teria unido os sons que ouvia pela cidade aos idioletos que criara. Essa variedade linguística dentre os ofícios é reconhecida na própria narrativa. Como afirma o Homem do Mar após o Conto do Magistrado:

My joly body schal a tale telle,
And I schal clynken you so merry a belle,
That I schal waken al this compaignie.
But it schal not ben of philosophie,



Ne phislyas, ne termes queinte of lawe.
Ther is but litel Latynin my mawe. ¹¹

Destaca-se a diferença entre os discursos de alguns membros da comitiva reunida por Chaucer. O Homem do Mar ressalta que não conhece bem o Latim, como o conheceria o Pároco que havia sido chamado para trazer seu conto antes desta interrupção. Tanto a filosofia do discurso do Pároco quanto a linguagem da lei, repleta de termos complexos, do Magistrado, que acabara de narrar seu conto, trariam o requinte do Latim para a competição narrativa, mas o Homem do Mar, por sua vez, promete animar muito mais o grupo com a sua história. “In each case, these vocabularies could be called a craft sound and, taken together, the variety of such sounds constituted the sound of London” (CANNON, 2006, p. 84). De um lado, temos a linguagem rebuscada, influenciada pela autoridade do Latim, e, de outro, a linguagem leve dos homens comuns.

Hooste, quod he, *depardieux*, ich assente;
To breke forward is nat myn entente.
Biheste is dette, and I hole holde fayn
Al my biheste, I kan no better sayn.
For swich lawe as a man yeveth another wight,
He sholde hymselfen usen it, by right¹²

Na passagem acima, vemos já no início da fala do Magistrado uma forte influência do francês sobre a linguagem dos homens da lei. No vocábulo *depardieux*, podemos constatar as marcas tanto do francês quanto do latim. *De par* era uma expressão latina comum na lei francesa, enquanto Dieu equivale a Deus em francês. Como lembra Butterfield, “[a] word can hover on the border of being recognized: one moment it is a foreign word, autonomous if not independent; the next it has become unnoticeably English, unthinkingly possessed and used” (BUTTERFIELD, 2009, p. 229). O vocábulo posteriormente passou a integrar o inglês moderno, mas suas origens remontam às influências medievais sobre a língua. O emprego destes termos latinos e franceses caracterizavam a linguagem aprendida nos Inns of Court por aqueles que trabalhavam com as leis, e marcavam a identificação de seus ofícios.

Em seu conto, o Homem do Mar também chama a atenção para a linguagem mercantil. Em primeiro lugar, chama-nos a atenção o fato de um marinheiro contar uma história sobre um mercador. Embora muitos pesquisadores que se



debruçam sobre o ordenamento das *Tales* atribuem este conto originalmente à Mulher de Bath, a tradição manuscrita associou-o ao marinheiro da comitiva, o que nos indica a pertinência do tema neste contexto. Afinal, os ofícios mercantis e marítimos caminhavam em proximidade. Os mercadores dependiam dos conhecimentos técnicos dos marinheiros a fim de empreender suas viagens comerciais. Os marinheiros, por sua vez, contavam com os mercadores para exercer seu ofício, mas, insatisfeitos com suas pagas, surrupiavam itens dos carregamentos.

Esta relação remete-nos ainda aos portos da cidade, local em que se davam trocas comerciais, mas também inúmeras trocas linguísticas, e às intensas permutas entre os dois lados do Canal, sentidas de perto por estes homens de ofício. Envolvido neste contexto portuário por meio de seus postos a serviço da Coroa, “Chaucer demonstrates his keen understanding of the polyglot existence of medieval merchants and sailors and ‘the trading of cultures, languages and goods’ that characterizes waterfront activity” (HSY, 2013, p. 42). Esta temática certamente encontraria forte ressonância em uma cidade de atividade portuária tão vibrante.

Ao narrar a história de um mercador de Saint Dennis que viaja a Flandres a negócios, uma linguagem extremamente associada ao mundo do comércio emerge. Vemos novamente uma linguagem de ofício, como denomina Cannon, delinear-se:

The thridde day, this marchant up ariseth,
And on his nedes sadly hym avyseth,
And up into his countour-hous goth he
To rekene with himself, wel may be,
Of thilk eyeer how that it with hym stood,
And how that he despended hadde his good,
And if that he encessed were or noon.
His bookes and his bagges many oon
He leith biforn hym on his countyng-bord.
Ful riche was his tresor and his hord,
For which fulfaste his countour-dore he shette;
And eek he nolde that no man sholde hym lette
Of his acountes, for the meene tyme;
And thus he sit til it was passed pryme.¹³

O mercador dirige-se ao seu escritório (*countour-hous*) para checar seus



negócios (*nedes*). Ele precisa analisar sua contabilidade anual (*thilkeyeer*) a fim de saber se seus bens (*goods*) aumentaram (*encressed*) ou não. Para tanto, ele dispõe seus livros (*bookes*) e bolsas (*bagges*) sobre sua mesa (*countying-bord*) e mantém sua porta trancada para que ninguém tenha acesso a suas contas (*acountes*), seu tesouro (*tresor*) e suas provisões (*hord*). Como neste extrato, abundam no conto expressões referentes ao mundo dos mercadores medievais. No entanto, o uso destes termos não se limita às referências ao trabalho do mercador, passando a ser empregados em outros contextos.

Ainda no Conto do Homem do Mar, o diálogo entre o mercador de Saint Dennis e sua esposa retomam a linguagem comercial. Ao descobrir que não terá seu dinheiro de volta, o mercador repreende sua esposa, que responde à demanda:

But sith I se I stonde in this disjoynt,
I wol answeere yow shortly to the point.
Ye han mo slakkere dettours than am I!
For I wol paye yow wel and redily
Fro day to day, and if so be I faille,
I am youre wyf; score it upon my taille,
And I shal paye as soon as I ever may.¹⁴

Utilizando a linguagem comercial, a esposa traduz sua relação com o marido. Embora não tenha a quantia em dinheiro para devolver a seu marido mercador, a esposa afirma que irá pagá-lo pouco a pouco o que lhe deve. O jogo linguístico aqui presente envolve o uso do termo *taille*. A primeira referência do termo corresponde a uma tábua de registro de madeira em que os mercadores marcavam suas negociações. Logo, o mercador deve marcar a dívida de sua esposa. Contudo, o vocábulo também se aproxima de *tale*, no sentido de conto, história, o que remeteria a um jogo de palavras comum nos *fabliaux* franceses. Para os franceses, o trocadilho *con/conte* aludia à genitália feminina, portanto, Chaucer teria utilizado a mesma estratégia para imprimir tal significado na narrativa com *tale/taille*. Assim, a esposa sugeriria que sua dívida seria paga por seus deveres matrimoniais.

Ao jogar com as aproximações e diferenças linguísticas, Chaucer esperava contar com uma audiência que compreendesse essas nuances, um público multilíngue acostumado a interagir com línguas diferentes no âmbito de uma cidade tão comercial. Como visto no início deste artigo, este era uma aspecto



integrante da composição da Londres medieval, com sua multiplicidade de espaços e habitantes. Convivendo em um espaço em comum, esses cidadãos podiam compartilhar não apenas a língua, ou línguas, mas também uma série de experiências e histórias que se articulavam à realidade da cidade. Além disso, evidenciavam o fato de que as escolhas linguísticas também falavam.

Referências

BARRON, Caroline M. *London in the Late Middle Ages: Government and People, 1200-1500*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

BENSON, Larry D. (ed.), *The Riverside Chaucer*. 3rd ed. Oxford: Oxford University Press, 2008.

BUTTERFIELD, Ardis. *The familiar enemy: Chaucer, Language, and Nation in the Hundred Years War*. Oxford: OUP, 2009.

CANNON, Christopher. "Chaucer and the language of London". In: BUTTERFIELD, Ardis (ed.). *Chaucer and the city*. Cambridge: D. S. Brewer, 2006.

CHAUCER, Geoffrey. *Os contos de Cantuária*. Tradução Paulo Vizioli. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.

CLASSEN, Albrecht. *Multilingualism in the Middle Ages and Early Modern Age. Communication and Miscommunication in the Premodern World*. Berlin: De Gruyter, 2016

HSY, Jonathan. *Trading tongues: merchants, multilingualism, and medieval literature*. Columbus: Ohio State University Press, 2013.

LAWTON, David. "English literary voices, 1350-1500". In: GALLOWAY, Andrew (ed.). *The Cambridge Companion to Medieval English Culture*. Cambridge: CUP, 2011.

MAIREY, Aude. "Multilinguisme et code-switching em Angleterre à la fin du Moyen Âge. Approche historiographique". Paris, LAMOP, 2009. Disponível em: <https://shs.hal.science/halshs-02093124/document>. Acesso em: 1 jul. 2022.

MYERS, A. R. *Chaucer's London: everyday life in London 1342-1400*. [S. l.]: Amberley, 2009.

SCANLON, Larry. "Geoffrey Chaucer". In: SCANLON, Larry (ed.). *The Cambridge*



Companion to Medieval English Literature 1100-1500. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SCHENDL, Herbert. “Linguistic aspects of code switching in Medieval English texts”, In: TROTTER, D. A. (ed.). *Multilingualism in later medieval Britain*. Cambridge: Brewer, 2000.

SHARPE, Reginald R. (ed.). Calendar of Letter-Books of the City of London: G, 1352-1374. *British History Online*, London, p. 327-334, 1905. Disponível em: <http://www.british-history.ac.uk/london-letter-books/volg/pp327-334>. Acesso em: 1 jul. 2022.

SHARPE, Reginald R. (ed.). Calendar of Wills Proved and Enrolled in the Court of Husting: Part 2. London, *British History Online*, London, 1890. Disponível em: <http://www.british-history.ac.uk/court-husting-wills/vol2>. Acesso em: 7 jul. 2022.

STALEY, Lynn. “Personal identity”. In: BROWN, Peter (ed.). *A companion to Chaucer*. Oxford: Blackwell, 2000.

TROTTER, D. A. (ed.). *Multilingualism in later medieval Britain*. Cambridge: Brewer, 2000.

TURNER, Marion. “Greater London”. In: BUTTERFIELD, Ardis (ed.). *Chaucer and the city*. Cambridge: D. S. Brewer, 2006.

WALLACE, David. “Chaucer and the Absent City”. In: HANAWALT, Barbara (ed.). *Chaucer’s England – literature in historical context*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

Notas

¹Doutora em História Medieval pela Universidade Federal Fluminense, Coordenadora Pedagógica Sênior na Edify Education.

²Sharpe (1905). “Concessão por Adam de Bury, Mayor, pelos Aldermen e pela Comunalidade para Geoffrey Chaucer, da residência sobre Aldgate, reunindo as salas aí construídas e um porão sob o mesmo portão, pelo tempo de sua vida. As entidades concedentes prometem não usar o portão como prisão durante sua vida, mas reservam para si o direito de entrar e dispor do espaço para a proteção da cidade caso necessário. Datado na Câmara do Guildhall, 10 de Maio, 48 Edward III. [D.C. 1374]” (Tradução do autor).

³Logo após essa concessão, Chaucer foi nomeado oficial aduaneiro, função que exerceria até 1385. É provável que o autor tenha permanecido nesses aposentos até então, sendo os mesmos concedidos em termos semelhantes a Richard Foster em 1386 (MYERS, 2009).



⁴Liga de estanho, cobre, antimônio e chumbo.

⁵Os extratos da fonte são apresentados em inglês médio a partir de Benson (2008), obra de referência para os estudos chaucerianos. Portanto, estarão acompanhados em nota pelo extrato correspondente da primeira tradução de Paulo Vizioli. *Introduction to the man of law's Tale*, 87. “O único problema é que não consigo pensar em alguma história aproveitável que Chaucer, com muita esperteza, já não tenha contado no inglês que ele sabe, com aquelas métricas e rimas canhestras, - como ninguém ignora. [...] E as histórias que não contou em um livro, contou em outro”. (CHAUCER, 1988, p. 70).

⁶Trotter (2000) e Classen (2016).

⁷Sharpe (1890).

⁸Utilizamos aqui o termo nação como identificado por Butterfield: seu sentido é aquele de família, origem e nascimento; está relacionado aos diferentes povos. A universidade é, por exemplo, uma instituição multilíngue, polo de encontro da diversidade de ‘nações’, sob o mesmo objetivo pedagógico (BUTTERFIELD, 2009, p. 132). O universo do comércio também se organizava em um conglomerado de ‘nações’, cujo centro era Bruges (BUTTERFIELD, 2009, p. 133).

⁹*The Cook's Prologue*, 4357, p. 85. “Mas, como dizem os flamengos, ‘brincadeira séria é brincadeira ruim’” (CHAUCER, 1988, p. 68).

¹⁰*General Prologue*, 118-126, p. 25. “Lá estava igualmente uma Freira, uma Priora, com um sorriso todo simplicidade e modéstia. A maior praga que rogava era ‘por Santo Elói!’ Chamava-se Senhora Eglantine. Cantava graciosamente o serviço divino, com um perfeito tom fanhoso; e falava francês bonito e bem, segundo a escola de Stratford-at-Bow, pois que desconhecia o francês de Paris”. (CHAUCER, 1988, p. 4).

¹¹*The epilogue of the man of law's tale, 1185-1190*, p. 104. “(...) quem vai agora lhes contar uma história é minha alegre pessoa. E o sino que pretendo tocar é tão animado que há de acordar a comitiva inteira. Só que meu conto não tem nada de filosofia, nem de ciência física, nem daqueles termos arvesados dos juristas. Tenho pouco latim no papo” (CHAUCER, 1988, p. 88).

¹²*Introduction to the man of law's tale, 39-44*, p. 87. “‘Depardieux, Albergueiro, só posso anuir plenamente’, respondeu o Magistrado. ‘Jamais me passou pela cabeça quebrar minha palavra, promessa é dívida. E eu lhe asseguro que é com o maior prazer que eu pretendo desincumbir-me desse encargo. Afinal, pelo direito, quem dita leis aos outros deve igualmente submeter-se a elas’” (CHAUCER, 1988, p. 70).

¹³*The shipman's tale, 75-88*, p. 204. “No terceiro dia, contudo, assim que se levantou, o mercador pôs-se a pensar seriamente nos negócios. Subiu então para o seu escritório a fim de, isolado do mundo, fazer um balanço de como estavam as coisas para ele aquele ano, e como havia investido seu dinheiro, e se havia tido lucro ou prejuízo. Espalhou à sua frente, sobre a mesa, todos os seus livros e sacos de moedas. E, como o seu butim e o seu tesouro não eram pouca coisa, trancou muito bem a porta, - ainda mais que não queria ser importunado enquanto fazia os seus cálculos. E lá se deixou ficar até depois da hora prima”. (CHAUCER, 1988, p. 89-90).

¹⁴*Ibidem*, 411-417, p. 208. “Numa situação como esta, sem pé nem cabeça, só posso responder-lhe o seguinte, para não gastar muitas palavras: você tem devedores mais



caloteiros do que eu! Sim, porque eu, pelo menos, vou pagando um pouco a cada dia; e, se deixo de pagar... Você não tem aquela vara onde marca com talhos o total do que lhe devem? Pois bem, sou sua mulher; debite tudo em minha conta, pondo meu talho em sua vara” (CHAUCER, 1988, p. 94-5).

Viviane Azevedo de Jesus
Pela janela de Chaucer: aspectos de uma cidade multilíngue